

A REGENERAÇÃO

A VENDA

Ano XXI

Semanário regionalista

N.º 642

Composto e impresso na Tipografia Figueirense
FIGUEIRO DOS VINHOS

Director, Editor e Proprietário:
Doutor Manuel Simões Barreiros

Redacção e Administração—Rua Major Neutel de Abreu
FIGUEIRO DOS VINHOS

O Povo crê e confia

Os jornais diários já disseram aos leitores o que foi, na sua expressão e no seu significado político, a viagem a Traz-os-Montes do Sr. Ministro do Interior e do Sr. Sub-Secretário de Estado da Assistência.

Nunca é demais, porém, dispensar a nossa atenção aos acontecimentos que se produziram e de algum modo a assinalaram.

Entre esses acontecimentos justo é destacar o da recepção aos ilustres membros do Governo. Sem dúvida alguma que tanto o Sr. Tenente-Coronel Botelho Moniz como o Sr. Dr. Trigo de Negreiros — transmontano da melhor cêpa e de acrisolado amor à terra natal — sabiam que iam percorrer uma região particularmente votada ao trabalho e aos melhores sentimentos portugueses. Sabiam, por isso, que a sua viagem não seria indiferente a um povo que tem prestigiado a Revolução e que desde há muito a serve com entusiasmo, com desinteresse e com verdadeira lealdade—aliás tradicional no modo de ser, franco e desassombrado, da boa gente transmontana.

Contudo, não deixaram de se sentir impressionados com o calor das manifestações e com a profunda vibração da alma popular. Pareceu, mesmo, que as terras visitadas andaram ao despique a ver aquela que melhor conseguia traduzir o entusiasmo do povo e a dedicação a um regime que tem enobrecido e honrado a Pátria Portuguesa.

Claro está que essas grandiosas manifestações não resultaram por acaso, nem traduziram somente, a admiração, a estima e cavalheiresca hospitalidade aos homens ilustres, portugueses do melhor quilate e nacionalistas intransigentes, que foram inteirar-se das necessidades mais instantes, das verdadeiras e das justas aspirações, na ordem material e social, dos brigantinos.

Consagraram, também, cu até principalmente, a elevada política nacional que esses dois homens ali representavam e têm servido devotadamente, sem olhar a esforços e a sacrifícios, nas altas cadeiras do Governo.

Temos, pois, de concluir, de olhos postos

na realidade e na evidência dos factos, nas importantes manifestações de Traz-os-Montes como nas de outros pontos do País, que o povo português não se deixou iludir pelos falsos profetas que se quiseram aproveitar dos acontecimentos internacionais para lançar a intriga e a desunião na família lusitana. Prudente e esclarecido compreendeu sem custo o esforço sobrehumano de Salazar e a superioridade de uma política que sempre teve em vista defender em todos os domínios a independência portuguesa, prestigiar os compromissos e o nome da Nação, engrandecê-la e honrá-la na sua vida de cada dia e na sua projecção secular e internacional.

Por isso mesmo é que os governantes, como o Sr. Ministro do Interior e o Sub-Secretário da Assistência, não se deslocam para receber homenagens, mas sim para presidirem, como é de justiça, à inauguração de obras e de melhoramentos importantíssimos, de grande valor para o desenvolvimento das terras e para o bem estar dos povos, acarinhados, auxiliados, impulsionados e até dirigidos pelo Poder Central. Por isso mesmo é que os mesmos governantes podem entregar-se, serena e confiantemente, à realização de empreendimentos respeitantes ao progresso das localidades e à integral execução do seu programa de política nacional.

Compreende esse programa, no momento que atravessamos, a realização das eleições administrativas que devem efectuar-se no próximo mês de Outubro. O Sr. Tenente-Coronel Botelho Moniz afirmou e garantiu que elas contribuirão para consolidar ainda mais a acção construtiva e fecunda das autarquias locais, segundo as normas e os princípios salutaríssimos em muitos aspectos revolucionários—do Código Administrativo. E' essa a vontade e a decisão do Governo. E foi essa vontade e essa decisão que o povo brigantino aplaudiu e sublinhou com as suas manifestações que mais uma vez mostraram, de forma inequívoca, a crença e confiança dos melhores portugueses nos princípios e nos homens da Revolução.

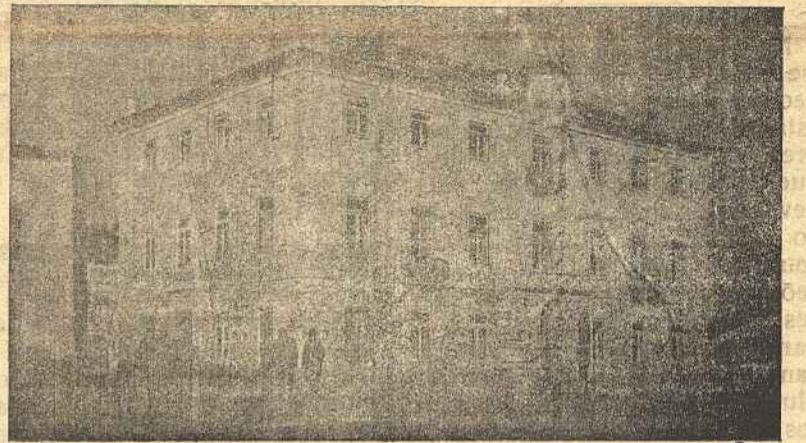
Manuel Araujo

Dr. Manuel Simões Barreiros

Do Getez, onde tinha ido fazer a habitual cura d'águas já regressou a Figueiró o sr. dr. Manuel Simões Barreiros, presidente da Câmara Municipal deste Concelho e director do nosso jornal.

O vapor inglês «Ravens Point» carregou em Leixões, na última semana, o maior contingente de pipas de vinho do Porto que se tem exportado para Inglaterra, depois da finda a guerra na Europa. O carregamento ultrapassou 2,000 pipas.

UM CRIME CÉLEBRE



Edifício onde está instalado o Tribunal de Figueiró dos Vinhos

A morte do «Grilo»

O julgamento do assassino, que foi condenado à pena máxima

Na 4.ª feira 18, deste mês, começou no tribunal judicial desta comarca a audiência de discussão e julgamento dos acusados de implicação no célebre crime do ramal da Moita na estrada de Figueiró a Castanheira de Pera. O caso está ainda bem vivo na memória de todos para necessitar que o voltemos a relatar com minuciosidade.

Como os leitores estão lembrados,

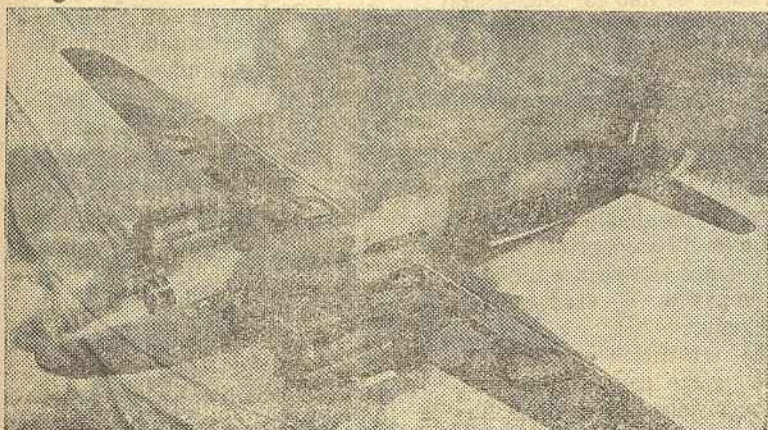
Mais um ano

Em 20 deste mês entrou «A Regeneração» no 21.º ano de existência. O facto é de regosijo para os que nesta casa trabalham porque documenta a insistência com que este jornal tem seguido o seu caminho, norteado unicamente pelo desejo de bem servir. E se a nossa satisfação por termos atingido a maioridade não é completa, isso deve-se à má-gua, que não se pode desvanecer, causada pelo falecimento prematuro desse gentilíssimo espírito que foi o dr. José Martinho Simões, cuja memória sempre vivaz saudamos comovidamente, e que durante tantos anos nos acompanhou com o brilho da sua inteligência privilegiada com o seu caracter de eleição e com o seu coração devotado ao bem. Curvando-nos ante a sua recordação, queremos também cumprimentar todos os nossos ilustres colaboradores e os nossos presados anunciantes e assinantes, assegurando ao Povo deste lindo concelho que nos não desviaremos do trilho enestado, já lá vai uma vintena de anos, batilhando o bom combate pela defesa dos interesses e pelo progresso desta ubérrima região. O caminho percorrido é penhor das nossas intenções futuras.

na manhã de 6 de Novembro do ano transacto, por volta das seis horas, foi encontrado naquêlo local o corpo do comerciante de Figueiró, Augusto do Carmo Afonso, o «Grilo», que apresentava o corpo retalhado por vinte e três facadas, em resultado das quais veio a falecer ao fim da tarde d'esse dia no hospital desta vila apesar dos cuidados e da dedicação dos distintos médicos srs. drs. Joaquim José Fernandes e Manuel Simões Barreiros, ajudados pelo competente pessoal de enfermagem.

Depois de aturadas investigações, presididas pelo sr. dr. Armando Lopes da Cruz, ilustre delegado do Procurador da República na comarca de Figueiró, e a que procedeu o agente Morais da P. I. C. de Lisboa, foram recolhidos na cadeia José Martins ou José Matias, residente no lugar do Soeiro, do concelho de Castanheira, acusado de ter atraído o «Grilo» ao referido local com a proposta de que iriam fazer um negócio rendoso, e ali o ter barbaramente esfaqueado com intenção de matar, e ainda lhe ter roubado quinhentos escudos de que êle era portador, e a viúva do assassinado, Elisa da Conceição Curado, sobre quem passava a acusação de ter encomendado o seu assassínio ao Martins, a quem prometera a gratificação de dois mil e quinhentos escudos para se desempenhar de tão sinistra tarefa. O assassino confessara o crime e acusava a Elisa de ser a mandatária, o que esta repelia indignadamente. Envolvido no processo, mas aguardando em liberdade o julgamento por ter sido afluente, estava também José Maria Dias Coelho, de Tomar, arguido de encubridor, pois o Martins lhe assacava o facto de o ter vindo procurar à cadeia para lhe propôr que se desdissesse na sua acusação à viúva, pelo que o remuneraria e

(Continua na 4.ª página)



Um aparelho Vickers Warwick, de passageiros e mercadorias, ao serviço da R. A. F.

A Feira de S. Pantaleão

A' hora a que escrevemos está decorrendo com a costumada animação a Feira de S. Pantaleão em Figueiró dos Vinhos. E' avultado o número de feirantes, fazendo-se razoáveis transações. As ruas des-

ta vila estão animadas por grande concurso de gente, vendo-se muitos habitantes das localidades limítrofes que aqui se deslocaram e que se divertem o melhor que podem e sabem.

Desporto nautico

Na Figueira da Foz realizam-se em 4 e 5 de Agosto os Campeonatos Nacionais de Remo, estando inscritas tripulações representativas dos clubes portugueses de Norte a Sul do País devendo alinhar na grande festa do estuário do Mondego, para apuramento dos títulos de Campeões, equipas dos seguintes clubes nauticos: Sporting Clube Caminhense, Casa do Povo de Lanhelas (viana do Castelo), Clube Fluvial Portuense, Clube dos Galitos de Aveiro, Associação Naval 1.º de Maio (Figueira da Foz), Gimnásio Club Figueirense, Associação Naval de Lisboa, Clube Desportivo da C. P., Grupo Desportivo da Estoril-Praia, Grupo Desportivo dos Ferroviários do Barreiro, Grupo Desportivo da C. U. F. (Barreiro) e Clube Naval Setubalense, em "Yolles-de-mer" de 4 e de 8 remos e em "shell" de 2, 4 e 8 remos, com tripulações de seniores e de juniores, para disputa das taças — "Lisboa C. N.", "O Século", "Comandante Tenreiro", "Pôrto", "Zepa", "C. P.", "Casino de Espinho II" e "Grande Casino Peninsular."

Espera-se que, como tem sucedido nos anos anteriores acorra à linda cidade da Figueira grande número de adeptos do interessante desporto, além de não menor quantidade de turistas que aproveitarão a oportunidade para a visitar e se deslumbrarem com as belezas da magistosa "Praia da Claridade".

Em poucas linhas

A Câmara Municipal de Lisboa deliberou que em 1947 se comemore com a maior solenidade e brilhantismo o 800.º aniversário de Lisboa como cidade portuguesa.

Um reunido em Lisboa a Comissão luso-brasileira para a unificação da língua portuguesa, a que preside o sr. dr. Júlio Dantas, e que é composta pelos académicos brasileiros srs. drs. Pedro Calmon, Olegário Mariano, Ribeiro Couto e Sá Nunes, e pelos académicos portugueses srs. prof. drs. Gustavo Cordeiro Ramos, Queiroz Veloso, Rebelo Gonçalves e Cunha Gonçalves.

Dequereram exame de admissão aos liceus de Lisboa cerca de 2.400 rapazes e rapaiigas.

Praia da Nazaré

João Estrelinha Grilo (João Grilo) Banheiro—Oferece a V. Ex.ª os seus serviços nesta praia.

Incêndio

No domingo 22 deste mês, pelas 6 horas da manhã, foi notado que se declarara incêndio no prédio pertencente ao sr. José Simões Barreiros, na rua do Sol, conhecido por "república, e onde habitam vários inquilinos. No primeiro andar reside o sr. Mota, guarda-livros da firma F. R. Ferreira que foi quem notou que o fumo estava invadindo o edificio, pois na adega começara lavrando com violência o fogo. Gritou pelos outros inquilinos e pediu socorro. Acudiram muitos populares, dentre eles o proprietário do prédio, seu irmão, sr. Antero Simões Barreiros, Albano Estevam, José Correia de Deus, Gaspar, relojoeiro, Segismundo, Artur dos Santos Conceição, etc. que muito se distinguiram no ataque ao sinistro. Compareceu também o sr. administrador do concelho, sr. tenente Carlos Rodrigues, que dirigiu os trabalhos.

No segundo andar residem os srs. Albuquerque, fotógrafo e Manuel Alves. Este salvou duma morte certa o sr. Albuquerque que começava sentindo-se asfixiado pelo muito fumo, fazendo-o sair por uma janela e ajudando-o a descer por uma escada que fôra lançada com esse intuito.

O sr. José Correia de Deus, quando de cima dum telhado visinho, se preparava para izar a referida escada, escorregou e caiu para a rua, ficando ferido no pé esquerdo.

Devido à boa vontade e coragem das pessoas que prontamente acorreram, não há a lamentar perdas de vidas e os prejuizos foram relativamente pequenos, tendo o fogo sido extinto sem que se propagasse aos andares do edificio.

"Diário Popular,"

Em 8 do mês que decorre completou o seu 1000.º número o brilhante jornal de Lisboa, *Diário Popular*, a quem felicitamos calorosamente, apresentando os nossos cumprimentos ao seu director, sr. António Tinoco, e ao seu corpo redatorial.

Abilio Mendes

Deu-nos o prazer da sua visita o nosso presado amigo, sr. Abilio Mendes, distinto funcionário do Registo Civil na freguesia da Aguda e solcito correspondente deste jornal naquela localidade.

Lavrador! Todo o teu trabalho, todos os teus sacrificios, todo o amor à terra que vens regando com o suor do teu esforço constante se encontram ameaçados.

O Escaravelho da Batateira espreita e ameaça destruir em poucos dias, o teu batatal.

Vigia-o, portanto, protege-o do perigo que se avizinha e dá-lhe rápido e tenaz combate.

IMAGENS DE GUERRA

Quando as tropas britanicas libertavam de soldados inimigos os paises aliados



Assinantes em débito Guarda-livros - Contabilidade

Chamamos a atenção dos nossos estimáveis assinantes residentes nas colónias e no estrangeiro, bem como, dos srs. procuradores ou representantes dos mesmos, para o atraso de pagamento em que estes nossos estimáveis amigos se encontram.

Apelamos também para os nossos estimáveis assinantes que residem em freguesias ou lugares onde não nos é possível fazer a cobrança pelo correio, para efectua-rem ou mandarem pagar as suas assinaturas na nossa redacção.

Diplomado, conhecendo linguas, bom orientador e activo, longa prática. Tratar com Francisco S. Agria — Figueiró dos Vinhos.

Vende-se

Uma casa de habitação com quintal, agua, luz e encontra-se vaga, sita no Areal em Figueiró dos Vinhos.

Quem pretender dirija-se a *Alfredo Dias Curado* nesta vila, ou a *Anibal Simões Pires* em Tomar.

Auto-Industrial, L.ª

COIMBRA

Grandes Oficinas de Reparações de Automóveis

Instalações modelares, das mais completas do País, providas dos mais modernos maquinismos, com pessoal técnico especializado para cada serviço

Secções especiais de:

65

Rectificação

Justagem e afinação de motores

Electricidade do automóvel e rádio

Segeiro — bate chapas

Pintura

Estofador

Soldadura a autogénio e eléctrica

Alinação e Reparação de Motores a Oleos Pesados

Execução rápida e perfeita de todos os trabalhos a preços de concorrência

Pronto-socorro privativo das Oficinas

Avenida Fernão de Magalhães

Telefone 2123

Todos os Acessórios para o Automobilismo

Notícias de Aguda

Após prolongado e doloroso sofrimento, faleceu ontem, na sua residência, no lugar de Almofala de Cima, desta freguesia, o sr. Padre Adelino Simões de Faria.

Durante longos anos paroucou esta freguesia e a atestar a sua passagem ficam inúmeras obras por ele levadas a efeito na igreja Matriz desta vila, e no levantamento espiritual desta terra o bondoso pastor empenhou desinteressadamente todos os seus vastos recursos, o seu formoso talento e o seu grande coração. Nesse trabalho de sacrificio nada guardou, nessa entrega ao serviço de Deus nada poupou.

A própria saúde foi por ele bastas vezes, duramente sacrificada, num gesto largo de profunda dedicação pela freguesia que o viu nascer e que ele tanto amou, gesto que a todos nós edifica e estimula.

Testemunha viva e insubornável é a alta eloquência muda da vida cristã outróra na minha freguesia.

Nenhum acção pode ser fecunda neste género, se não fôr cimentada numa união estreita, forte, disciplinada entre o pároco e os seus paroquianos.

O saudoso extinto vingou realizar essa união, sem violências estereis nem pressões irritantes. A sua odisseia que foi a sua glória era esta: trabalho na obediência.

E assim o illustre extinto lega a esta freguesia a sua obra a todos os títulos simpática e crédora dos maiores elogios.

Quantos sacrificios escondidos e que só a morte consegue apagar, quantos heroismos operados na humildade rosa da vida paroquial! Só Deus os conhece, conta e premeia.

E' que o sr. Padre Faria, não só gosava de gerais simpatias na sua freguesia pelos seus elevados dotes sacerdotais, inteireza de caracter, afável no trato ele sabia como poucos, cativar o coração dos seus paroquianos e de todos aquêles com quem privava e por isso a sua morte é sentidamente pranteada por todas as pessoas que o conheciam.

O seu funeral que se realizou em 23 para o cemitério desta vila, constituiu uma demonstração eloquente do muito apêço que todos lhe consagravam, tendo assistido todo o povo da freguesia e fazendo-se representar este jornal pelo seu correspondente.

Compartilhando sinceramente da dor que neste momento alanceia o coração da familia do saudoso extinto, daqui lhe enviamos a expressão das mais sentidas condolências.

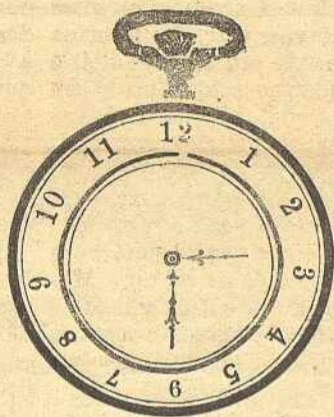
— Adelino Dias Coelho, casado, de 44 anos de idade, do lugar da Quinta da Fonte, desta freguesia, quando alvejava uma espingarda caçadeira, fê-lo com tanta infelicidade que o cano rebentou, tendo lhe esfacelado uma das mãos.

O ferido seguiu em estado lastimoso para os Hospitais de Coimbra.

— Realizar-se-há no próximo dia 5 no lugar do Fato, desta freguesia, a festividade em honra do Anjo da Guarda, que consta de missa cantada, sermão e procissão.

A' tarde deve ter lugar a venda de fogaças que prometem ser numerosas.

Os festejos são abrihantados pela tuna de Arega, pelo que este ano vamos ter ali fados e guitarradas,



Ourivesaria e Relojoaria

DE

Manuel Lourenço Gomes dos Santos

- Figueiró dos Vinhos -

Pede ao Ex.^{mo} Público de ler com muita atenção e mais do que uma vez, estas verdades, porque ninguém há que goste de ser enganado, e por esta razão venho esclarecer a verdade. Há quem venda relógios velhos por novos fazendo assim um preço mais barato. E' como succede com os relógios **Omega** e **Tissot**.

As caixas dos ditos relógios são de aço inoxidável e mandam-nos polir, de forma que ficam como novos, e depois vendem os relógios restaurados mais baratos que a tabela, quando afinal são velhos.

Mas as fábricas tendo conhecimento destas intrujices, e para evitar que se vendam relógios velhos por novos, mandaram fazer uns **certificados de garantia** e deram-nos a todos os agentes, para êstes os passarem a todos aquêles que lhes comprarem relógios novos **Omega** e **Tissot**. E só assim se prova que o relógio é de facto novo. E se o vendedor não passar **certificados** pode o freguês estar certo de que o relógio não é novo; e tanto faz ser de **aço** como **plaquê** ou **ouro**.

O preço dêstes relógios é igual em todo o País. O preço do relógio **Omega** é desde 400\$00 a 4.100\$00 e o **Tissot** é desde 330\$00 a 2.800\$00.

Os **Tissot** tem um **certificado especial** com o qual a fábrica arranja o relógio gratuitamente no praso de um ano, mesmo que se parta qualquer peça do relógio ou mesmo se o freguês o partir todo, é-lhe dado um novo igual. (Repito: durante um ano).

Além dêstes relógios a **Relojoaria Lourenço** tem ainda um grande sortido de relógios de outras marcas também muito boas e a preços baratos, como por exemplo: o **Sergines**, o **Viergines**, o **Pátria**, o **Record**, o **Said**, o **Cortebert**, o **Hertig**, etc., etc.

FREGUESES!... Vós, os que nunca compraram nesta casa, experimentai comprar e tende a certeza que nunca ficareis enganados, tanto em material como em preço.

E digo e repito: se quereis ficar bem servidos vinde à **Relojoaria e Ourivesaria** de

Manuel Lourenço Gomes dos Santos

A morte do "Grilo"

(Conclusão da 1.ª página)

tomaria conta duma sua filha livrando-a da miséria em que ficara.

Foram estes os três réus que se apresentaram ante o pretório. A causa apaixonara a opinião pública e logo de manhã Figueiró apresentava um aspecto de desusado movimento, como se de dia grande se tratasse. A importância do processo, o interesse e a atenção que despertara no público, afectando fortemente a consciência popular do concelho pelas circunstâncias de que se rodeara e pelo barbarismo de que se revestira—tudo isso era de molde a atrair farta concorrência de espectadores, não falando já dos que obrigatoriamente, como os dados por testemunhas, e eram em grande número, tinham de comparecer.

Abriu a audiência, presidida pelo sr. dr. Hermano Temudo Machado, digno juiz da comarca. A seus lados sentaram-se os srs. drs. Correia Simões, juiz da comarca da Sertã e Ernesto Lacerda, conservador do Registo Predial, como juizes assessores.

Representando a Sociedade, como acusador público, o sr. dr. Armando Lopes da Cruz, delegado do Ministério Público. Escrivão, o sr. Narcizo dos Santos e oficiais de diligências srs. José Simões Júnior, Manuel Nunes e Manuel Rijo. Na bancada da defesa sentavam-se os srs. drs. Henrique de Lacerda, nomeado defensor officioso do réu Martins, António Lopes, constituído pela ré Elisa da Conceição Curado, e António de Sousa, pelo réu José Maria Dias Coelho, sendo os dois últimos causídicos de Tomar, com nomes já vinculados no foro.

Não nos permite a falta de espaço desenvolver largamente o relato das sessões do julgamento.

A sala apresentou sempre basta concorrência de público. Em lugares reservados sentavam-se muitas das senhoras da primeira sociedade figueirense, que com a sua presença gentil vinham adoçar a austeridade do plenário, e vários vultos de destaque, que ali eram levados ou por serem forçados a intervir na causa, como testemunhas, ou a quem chamavam o interesse e a curiosidade profissionais, como os distintos advogados srs. drs. Joaquim Alves Tomaz Morgado, João Diniz de Carvalho, Artur Agria, Luiz Ferreira e Teixeira Forte, além de outras personalidades que a carência de espaço não nos permite destacar individualmente.

Decorreu animada a inquirição das inúmeras testemunhas, instadas com viveza e inteligência quer pelo representante da acusação pública quer pelos defensores, e com frequentes intervenções dos integérrimos magistrados. Via-se que havia o propósito de esclarecer os pontos nebulosos, trazendo a luz onde ela faltava. O competente delegado do M. P. batia-se esforçadamente em prol dos seus pontos de vista, enfrentando corajosamente a barreira dos considerados causídicos da defesa.

Durante os dias e noites, até cerca das 2 horas, de 18, 19 e 20 foi-se desenvolvendo o depoimento das testemunhas.

Só no último dia, às 16,15 começaram os debates com o discurso, notável como peça oratória em si e como documento jurídico, do sr. dr. Lopes da Cruz. Começou por dizer que era absoluta a sua certeza em que justiça seria feita pelos juizes a quem estava entregue, e bem, a decisão da causa,

e aos quais prestava o seu rendido preto. Dirigiu-se a seguir aos advogados que ocupavam a bancada da defesa, para cada um tendo palavras de apreço pelos seus dotes pessoais e profissionais e dedicou algumas palavras ao numeroso público que assistia, referindo-se também à Imprensa, «éco vibrante da consciência pública», ali representada e a quem patenteou a sua consideração. Entrando na matéria do processo, declarou inicialmente o sr. dr. Lopes da Cruz que os únicos guias na sua actuação tinham sido, como sempre, o estudo do processo e a sua consciência. A voz pública, afirmou, dizia que a família da vítima, principalmente a viúva, não era estranha ao crime, acrescentando que os parentes do "Grilo," não haviam demonstrado qualquer interesse em participar o caso no tribunal e negando-se até a custear as despesas das investigações. Entra numa acusação cerrada à ré Elisa, que se mantém como que alheia, olhando com indiferença, talvez apenas demonstrando curiosidade. Classifica-a de astuciosa nos interrogatórios a que a submeteu durante o decorrer das investigações, estudando a resposta às perguntas que lhe eram feitas, obrigando-o a repeti-las para ter tempo de architectar o que lhe convinha dizer e fugindo à objectividade do assunto.

O sr. dr. António Lopes segue atentamente o discurso e toma notas. O réu Martins mantém-se cabisbaixo. Por vezes o seu olhar vira-se para os juizes e para o acusador, disfarçadamente, sem elevar a cabeça.

E o sr. dr. Lopes da Cruz continua: «o arguido fez o crime por ordem da ré Elisa, não tenho disso a mais pequena dúvida! V. Ex.as, Srs. juizes, antes de pronunciarem o seu veredicto devem pensar bem, pois se condenarem um réu inocente procedem mal, mas se absolverem um réu criminoso não procederão melhor! Todos os indícios morais são contra a ré. Há de facto, falta de provas materiais, mas aqueles bastam para firmar uma convicção!»

Refere-se a seguir ao passado conjugal da ré e da vítima para tirar a ilação do que foi ela quem promoveu o seu assassinato. Rende homenagem à mulher portuguesa e, declara, a ré não dispõe dessa feminilidade que distingue as filhas de Portugal, tão notáveis sempre pelas suas qualidades de amorosidade e de coração.

Elisa da Conceição Curado tenta aqui um aparte pedindo licença ao meritíssimo juiz presidente para dizer qualquer coisa, mas é mandada calar. Senta-se e todos os olhares incidem sobre ela. E, então, o rosto amarfanha-se-lhe, as feições duras adocam-se-lhe, ergue os olhos para o teto e ganhando um aspecto seráfico meche os lábios como que em prece.

O illustre delegado segue no seu requisitório: a fé que possui em Deus deu-lhe sempre força para suportar a demora nas investigações e a esperança de que o criminoso ou criminosos haviam de, afinal, ser descobertos e punidos pelo seu nefando crime.

O réu Matias chora. Puxa dum lenço e limpa as lágrimas que lhe afloram.

O réu Dias Coelho olha em frente, apático, como se não fosse a ele que agora o magistrado da acusação se refere. Cara parada, sem expressão nem movimento, sem deixar que se lhe descubram os pa-

samentos, só os olhos giram como dois bugalhos.

E a acusação termina: se o réu Martins não matou para roubar, hipótese que não aceita exclusivamente; se não o fez por instigação da ré Elisa, como é sua convicção, — «então, srs. juizes é um anormal patológico e o seu lugar não é numa penitenciária mas num estabelecimento apropriado para doenças mentais! Sa V. Ex.ª o julgarem culpado, se V. Ex.ª reconhecerem que ele agiu por mandado da viúva, requeiro e peço para ambos todo o rigor da lei porque a Sociedade, ofendida, necessita e exige a devida reparação!»

Eram 18,20. O sr. juiz presidente interrompe a audiência para descanso do Tribunal.

A tensão na sala cresce. O calor asfixiante é cada vez maior. Mas ninguém arreda pé. Os rostos reluzem de transpiração.

Reabre a audiência às 18,55. Tem a palavra o sr. dr. Henrique de Lacerda, que officiosamente se encarregou da defesa do réu José Martins. Depois de dirigir as protocolares saudações aos juizes, representante do M. P. e colegas da defesa, começa por afirmar que o seu único fio foi o esclarecimento da verdade. Traça em palavras inspiradas o elogio da profissão de advogado, citando frases de Voltaire e do grande advogado francês Henri Robert. Segundo diz, neste caso há duas versões: a primeira é a da acusação pública—o réu Martins matou por incumbência da ré Elisa e quando atraiu a vítima para o local do crime ia já com o designio premeditado de o fazer. A segunda versão, nega o designio expresso de matar e recusa a hipótese do assassinio ter sido encomendado, pois o réu teve apenas o designio de roubar e esfaqueou o «Grilo» só para o poder fazer. Mas há que considerar que se o Martins não foi mandado, então não passa de um louco, como disse o sr. dr. delegado, pois não tinha razão plausível para vibrar vinte e três facadas, apenas para fazer um roubo e, portanto, é um anormal. E diz mais: se a ré for absolvida, há que considerar a anormalidade do seu constituinte. Mas se se provar o homicídio voluntário, aquela mulher — e aponta a Elisa — aquela mulher tem forçosamente de ser condenada! Por sua vez, se ela for absolvida, então o Martins só pode ser condenado pelo crime de furto! A tomar-se em conta a confissão do réu, esta tem de ser tomada por inteiro porque a confissão é indivisível, como preceitua o Código. Termina, alegando várias atenuantes que, a seu vêr, concorrem e invoca a miséria que existe no lar do criminoso, pedindo piedade.

Segue-se no uso da palavra o sr. dr. António Lopes, patrono de Elisa da Conceição Curado. Presta a sua homenagem aos componentes do Tribunal e recorda um erro judiciário que aqui se deu há anos. Tem frases calorosas pelas belezas de Figueiró, pelo seu clima privilegiado, pelas suas condições turísticas. Explica-se em considerações sobre o papel que compete aos advogados em face da gravidade dos casos que são levados a tratar. A certa altura no seu discurso, a que não faltou certo rélevo literário demonstrando a sua facilidade de elocução, cita Victor Hugo—o divino Hugo! — «o nosso grande Eça», para invocar «Jean Valjean» e os «Miseráveis». E levado pelo entusiasmo acrescenta «essa impen-

sa... mas, olhando para a mêsã onde trabalham os representantes dos jornais, emenda-se e remata: com um sorriso aliciante: «não quero dizer, como é óbvio, nada de injurioso para a imprensa, a quem dedico as minhas homenagens». Conta uma anedota sucedida com ele nos seus primeiros trabalhos forenses em que intervém o sr. dr. Ramada Curto e, quando crê ter o auditório na mão, aquecido pelo calor do seu verbo inspirado, aborda incisivamente o processo, estigmatizando algumas testemunhas que depuseram, a quem se refere depreciativa e duramente. Escalpeliza a acusação feita contra a sua constituinte para finalizar, depois de se referir a Madame Caillaux e a outros vultos de mulheres que deixaram nome nos annos judicários, pedindo a absolvição da ré.

— V. Ex.ª, srs. juizes, farão uma linda obra de justiça pondo esta mulher em liberdade!

Eram 21 horas. A audiência foi de novo suspensa, reabrindo às 23,17 para ter a palavra o sr. dr. António de Sousa, advogado do terceiro réu, José Maria Dias Coelho. Voz pausada, bem pronunciada. Este processo é uma charada, diz. O réu Martins acusa a Elisa; o Coelho voio de Tomar expressamente para falar àquella na cadeia. Quem foi que o mandou fazer essa diligência? Branco é, galinha o põe! — Risa na audiência. Prossegue atentamente escutado:

— Se a família da ré quizesse encarregar alguém de proceder a uma diligência como aquela que atribuem ao meu constituinte, não ia escolher o Coelho, cujas faculdades mentais não são das mais apropriadas. Nunca escolheriam este homem, porque necessariamente não era o mais indicado!

O réu Coelho esfrega os olhos. O calor é premente. Todos se abanam com o que podem, na esperança de arranjar um corrente de ar fresco.

A ré escuta com a máxima atenção. Cara vincada, mas não do rosto salientes, embocada no lenço preto que mais lhe cobre a face e lhe encova os olhos.

Martins continua cabisbaixo, espreitando por sobre as sobrancelhas. E o distinto advogado tomarense deduz a defesa do seu constituinte, alicerçando-a em considerações de ordem moral e em elementos babilidos no processo e que vai buscar também aos depoimentos das testemunhas para afirmar a sua convicção de que a absolvição não pode oferecer dúvidas, porquanto não há quaisquer elementos de prova contra o Coelho. Remata com firmeza, dirigindo-se aos juizes:—se V. Ex.ª o absolverem, como confio, V. Ex.ª farão aquella justiça tão clara, tão pronta, como é necessário!

E' concedida a palavra ao sr. dr. delegado, para a réplica. Face riscada de cansaço e sofrimento, a sua voz ergue-se com dolorido acento mas onde se vislumbra uma profunda máguã e uma grande desillusão:

— Ah! srs. juizes! Que desfile miserável foi este que por aqui passou!

«Como confrainge essa miséria moral de pessoas que aqui vieram retratar-se do que haviam afirmado! Uma defesa fundada em depoimentos como alguns que aqui foram prestados, não sei que valor possa ter! V. Ex.ª, sr. dr. Lopes, quer que a ré Elisa saia deste pleatório e desça as escadas, nimbada da pureza das santas e das mártires. Eu

não me contentaria só com tão pouco. Eu não me contentaria em que ela saísse daqui aureolada dessa pureza moral, porque não esqueço que alguns dos que hoje aqui vieram entoar-lhe hossanas são os mesmas que ontem a vituperavam e iam junto de mim ainda há poucos dias atribuir-lhe os mais nefandos actos. A esses que me levaram à convicção da culpabilidade daquela mulher su saberei exigir a responsabilidade necessária pela sua vilania se V. Ex.ª me pedir!»

A voz caiu como pedradas. O silêncio manteve-se por instantes depois do sr. dr. delegado se calar.

E, então, pelo sr. juiz presidente foi perguntado aos réus se tinham mais alguma coisa a alegar em sua defesa.

Fala primeiro o réu Martins. E declara serenamente:

— Devo dizer a V. Ex.ª que se aqui estou devo-o a esta senhora— e indica a ré Elisa—que foi quem me mandou matar!

A seguir cabe a vez à Elisa:

— Eu estou inocente.

— R-reta: «Eu estou inocente! Peço à Divina Providência que me proteja! O Santíssimo Sacramento permita que se prove a minha inocência! Eu não mandei matar o meu marido! Amen, Jesus!»

Santa-se a ré. Mas o sr. juiz presidente fá-la levantar e diz-lhe que ali é a justiça dos homens que a está julgando e que a justiça de Deus, mais alta, a julgará noutro lugar.

O réu Coelho nada disse. Procedeu-se à leitura dos quesitos, após o que a audiência é novamente suspensa para os magistrados irem lavar o acordam.

2 horas e 10 minutos. As becas reaparecem e a assistência levanta-se. Todos ocupam os seus lugares. O Sr. juiz presidente começa por proceder à leitura das respostas aos quesitos. E finda ela, pronuncia em voz grave a condenação do réu Martins a oito anos de prisão maior celular seguidos de vinte de degredo com dois anos de prisão no lugar do degredo, ou em alternativa em vinte e oito anos de degredo com dez anos de prisão no lugar de degredo, este sempre em possessão de primeira classe, e vinte mil escudos de indemnização à família da vítima e declarado delinqüente por tendência.

Os restantes dois réus foram absolvidos.

José Martins chora. Do meio da assistência compacta sai um choro dolorido de mulher.

O sr. juiz presidente dirige-se ao réu, dizendo-lhe que o Tribunal o condenara tão pesadamente porque a gravidade do seu crime exigia que ele fosse afastado da sociedade. Recomendou-lhe conformação e aconselhou-o a que tivesse sempre bom comportamento prisional, pois poderia beneficiar de indultos e de outras reduções de pena.

Terminara a audiência. A assistência começa debandando. Ouvem-se comentários. A multidão aglomera-se no largo em frente do edificio do Tribunal e continua emitindo opiniões.

Caira, no entanto, o pano sobre a tragédia que tanto tem interessado o povo desta região.

J. B.

Este jornal foi visado pela Comissão de Censura